

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA BUSCA DA FORMAÇÃO PARA COMPETÊNCIA

Marcia Paul Waquil - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - FACED

mwaquil@pucrs.br - mpwaquil@cpovo.net

RESUMO

Na atualidade, tem crescido a utilização da estratégia de EAD como meio de adaptação às necessidades atuais de formação, ações governamentais têm buscado incentivar projetos nessa modalidade e as universidades têm desenvolvido cursos. Entretanto, ainda se sente a falta de desenvolvimento de pesquisas e de pessoal formado em nível de especialização e pós-graduação. O presente trabalho tem como preocupação básica refletir sobre a emergência da necessidade de projetos de educação à distância que se proponham, também, a formar cidadãos com competência para desenvolverem seu trabalho na sociedade de forma consistente.

ABSTRACT

Nowadays, the use of the strategy of distance education has been growing as a mean of adaptation to the needs of formation. Governmental actions have searched to stimulate projects of distance education and the universities have developed courses. However, there is still the lack of research and human resources at the level of specialization and post-graduation. The present paper aims to reflect about the need of distance education projects that propose to form people with competence to develop their work in the society in a consistent manner.

PALAVRAS-CHAVE: Educação à Distância, Formação, Competência, Informática

1. Contextualização

Estamos vivenciando um período de profundas transformações, momentos de crise, de indefinição, de busca de nova ordem econômica mundial e de um desenvolvimento acelerado da tecnologia. O desejo de uma nova sociedade vem instaurando e modificando relações sociais, econômicas, políticas, culturais, éticas e morais. A comunicação mundial, por meio do uso das novas tecnologias, torna-se cada vez mais rápida e de fácil acesso, possibilitando aproximação e troca de informações entre os povos.

No seio dessas transformações, contradições estão presentes e são propulsoras/limitadoras do avanço da humanidade. Abrimo-nos para a globalização, nos fechamos para preservarmos nossa identidade; aumenta nossa facilidade de comunicação com o mundo, diminui nossa comunicação com quem está mais próximo.

O desenvolvimento das novas tecnologias faz parte desta nova ordem mundial, e muitas vezes serve para impulsioná-la. Este avanço tecnológico faz com que hoje a indústria procure acompanhar o processo de globalização, tanto com o avanço em seus sistemas informativos, como em relação à própria automatização de seus serviços. Entretanto, ao mesmo tempo em que a tecnologia faz com que a indústria se torne mais produtiva para competir no mercado, gera novas demandas de especialização, gera o desemprego.

Outra característica do avanço tecnológico é a universalização da comunicação. As informações mais atualizadas podem estar à disposição de qualquer pessoa, em qualquer

parte do mundo que conte com a infra-estrutura necessária. A interatividade permite não só emitir ou receber informações, mas também dialogar, discutir e transmitir informações e conhecimentos, sem limite de distância ou de tempo. Entretanto, este avanço, que pode parecer essencialmente positivo, tem aumentado as desigualdades, pois ainda é um sistema relativamente caro, tornando-se de difícil acesso para grande maioria da população. Além disto, a informação que chega acelerada, pode ser portadora de potencial não construtivo, pois pode servir de canal de divulgação da mediocridade e da superficialidade. Pessoas sem poder de crítica “parecem” não ter tempo para refletir, pois se sentem constantemente “bombardeados” por informações: se apresentam desconectadas, muitas vezes, do contexto, tanto espacial como temporal: *“A conexão com a atualidade é uma neurose social. Vinte e quatro horas por dia as tecnologias da comunicação sustentam as órbitas dos signos. O globo em rede. A história universal de cada dia, em 15 minutos. Nas imagens, referências do presente. Sempre o hoje sem contexto. Uma alucinante sucessão de hojes”* (Martins, 1996, p.23).

Estas transformações, originadas do contexto de busca de globalização como do avanço acelerado das novas tecnologias, estão relacionadas com o progresso do conhecimento científico. Ao mesmo tempo que este progresso científico tem permitido a realização de inventos nunca antes imagináveis, tem ocasionado o crescimento da desigualdade no mundo, a degradação ecológica e o crescimento do desemprego, problemas gerados pelo saber produzido pelo homem, que muitas vezes se sente incapaz de controlá-los. Como alerta Morin: *“Este fenômeno de duplo rosto põe-nos um problema de civilização crucial e vital”* (1996, p.17); exige uma maior flexibilidade e uma abrangência em termos de capacitação profissional. Neste contexto de transformações e contradições é que o presente trabalho discute a questão da busca de competência na educação à distância (EAD).

Nessa realidade dialógica, na convivência com as incertezas/certezas provisórias, vamos construindo/sendo construídos pela sociedade. Diante disto, de que maneira nós, cidadãos brasileiros, estamos nos capacitando para acompanhar, refletir e questionar estas mudanças, que muitas vezes parecem estar invadindo nossa vida, sem que estejamos preparados para enfrentá-las?

2. Formação para competência

O uso da Informática na Educação, em especial na EAD, faz parte deste processo de avanço da ciência. Assim como em muitos outros setores da sociedade, esta articulação entre áreas do conhecimento pode representar uma inovação tanto construtiva, como inadequada, dependendo do uso que dela seja feito. Se hoje temos indícios de que o uso da informática na educação é um processo irreversível, uma de nossas preocupações precisa ser a de questionarmos sobre “por quê” utilizá-la e criar estratégias pedagógicas alternativas na maneira de fazê-lo. O computador precisa estar a serviço do homem e da humanidade.

O uso da informática consegue superar o que pode parecer uma limitação, ou seja, o preconceito que costumava sofrer a EAD. Isso ocorre, possivelmente, porque as novas tecnologias vêm afetando o conjunto da sociedade e conseqüentemente as atividades de EAD que as utilizam. A utilização do computador e dos sistemas multimídias trazem possibilidades como: respeito ao ritmo individual do aluno, permitindo percursos individualizados; facilidade para os professores de organizarem as aprendizagens em turmas de nível heterogêneo; interatividade entre professor e alunos; o aluno procurar ele mesmo informações para aprofundar o seu conhecimento. Com estas vantagens integradas a um processo de EAD, a credibilidade e a expectativa em relação a esse tipo de estratégia educativa tende a aumentar. Esta situação, no entanto, implica cautela e a necessidade de investir na reflexão crítica, para que o computador não seja visto como uma solução para os problemas da educação, ou da EAD, pois esta solução depende mais da orientação paradigmática do professor que utiliza esse recurso.

Na realidade, estamos vivendo num momento de transição, no qual os paradigmas que vinham orientando os processos de ensino e de aprendizagem estão sendo colocados

em questão pelo não atendimento às necessidades emergentes, enquanto as pessoas envolvidas ainda não estão preparadas para mudanças.

Para o professor atender a atual demanda social torna-se necessário que sua prática educativa busque desenvolver o sujeito como um ser multidimensional. Neste sentido, a formação precisa estar voltada para a competência, além da qualificação. O termo qualificação não vem mais respondendo ao conjunto de necessidades requeridas atualmente. Este termo está mais relacionado à idéia das especialidades e do homem fragmentado. A categoria competência, no entanto, se relaciona mais a uma visão integradora, pensando no indivíduo como um todo, no trabalhador atuando no âmbito de suas potencialidades.

A necessidade da competência vem emergindo da realidade social e este termo tem sido utilizado com as mais diferentes concepções, o que tem tornado difícil uma conceituação conclusiva. Neste estudo, a noção de competência refere-se à capacidade do sujeito-indivíduo de integrar os diversos tipos de saberes que se desenvolvem na inter-relação dos universos do fazer, do poder e do saber, atuando de maneira dialógica, reflexiva e inteligente nas situações de vida que se apresentam. Sendo assim, esta noção baseia-se na necessidade do sujeito-indivíduo desenvolver o saber-fazer, o saber-conhecer, o saber-poder que trazem incluso o saber-conviver, constituindo o saber-ser, que emerge da articulação desses saberes.

No universo do fazer, o homem se expressa através de sua prática produtiva, do trabalho, num processo de permanente troca com a natureza, na busca de atender suas necessidades básicas de existência material. Esta prática, no entanto, não se dá individualmente, pois o homem é um ser coletivo. Este sujeito coletivo vive numa sociedade, que tem como peculiaridade o fato de estar impregnada por uma rede de poder contextual, ou seja, os homens não estão uns ao lado dos outros em condições de igualdade, mas se colocam uns sobre os outros numa relação hierárquica. Este universo do poder tem caracterizado a prática política do homem. Tanto o universo do fazer, como o do poder, influenciam e são influenciados pelo universo do saber, onde se dá uma prática tipicamente humana, marcada pela simbolização, pela cultura. "*Dispondo do seu capital cognitivo, a cultura institui as regras/normas que organizam a sociedade e dirigem os comportamentos individuais. As regras/normas culturais geram processos sociais e regeneram globalmente a complexidade social adquirida por essa mesma cultura*" (Morin, 1991, p.17).

Nesta organização recursiva da cultura, onde o que é produzido e gerado se torna produtor e gerador daquilo que o produz ou gera, é que relacionamos também a prática produtiva e a prática política, formando uma triangulação dos universos existenciais, impregnados da necessidade do saber conviver para "saber-ser".

O crescimento econômico tem produzido a mercantilização, promovendo a decadência da doação, do gratuito, do oferecimento, pois essas relações não são fonte de riqueza e lucro. A valorização do espírito de competição e de êxito desenvolve o egoísmo e elimina a solidariedade. Neste sentido, torna-se fundamental a aprendizagem do conviver, desenvolvendo relações amistosas e solidárias através das quais os sujeitos busquem a complementaridade e a cooperação, ao invés do individualismo e da competitividade.

A realidade impõe uma reforma de pensamento; revigoram-se as teorias que procuram resgatar a visão do homem como um todo, a necessidade de interdisciplinaridade e a importância da relação teoria-prática. A sociedade requer um novo profissional/cidadão e mudanças em relação à sua formação, para que ele possa atuar de maneira competente no seu meio, com capacidade para transformá-lo.

Vemos emergir apelos de que também a universidade se preocupe com o indivíduo como um todo, levando em consideração suas múltiplas dimensões e tendo como objetivo formá-lo para a competência (saber-ser), o que melhor o capacitará para atuar na vida social de maneira dialógica, reflexiva e inteligente. Os novos processos de produção, impulsionados pelo avanço tecnológico, vêm impondo uma modificação na formação do profissional. Não só dos que trabalham em indústrias, mas também, dos que trabalham na agricultura, na construção civil, como, ainda, os dos serviços (caracterizados pelo fato de não produzirem um bem material).

Trata-se de pensar no profissional como um ser multidimensional. O que conta agora, não é somente a capacidade intelectual ou técnica do profissional para desempenhar sua função, mas, também, a emocional, a social, a espiritual, enfim, o indivíduo como um todo. As tendências atuais no desenvolvimento das sociedades mundiais, como as explicitadas no Relatório para a UNESCO, de 1996, confirmam esta exigência de mudança na capacitação do profissional: *“Já não é possível pedir aos sistemas educativos que formem mão-de-obra para empregos industriais estáveis. Trata-se, antes, de formar para a inovação pessoas capazes de evoluir, de se adaptar a um mundo em rápida mudança e capazes de dominar essas transformações”* (Delors, et al., 1996, p.63).

O sujeito auto-ecoorganizador busca a criação de estratégias alternativas para responder aos riscos e mudanças que se apresentam nas transformações que vêm ocorrendo. Sua adaptação a essas situações tem um sentido rico, significando uma postura flexível, uma aptidão para responder às dificuldades, carências, imposições, desafios. No meio instável em que vivemos, adaptar-se significa estar aberto a mudanças *“um ser auto-organizador que elabora as suas estratégias de vida, de inserção, de luta, etc... A adaptação cessa, então, de moldar-se às regularidades, constâncias e determinismos dum ambiente. Torna-se adaptação aos riscos e mudanças”* (Morin, 1980, p.49).

Hoje, em algumas organizações, o profissional está começando a ser tratado de forma diferenciada: está sendo chamado para participar da resolução de problemas. Passa-se a valorizar a capacidade do trabalhador desenvolver conhecimentos, se apropriar de saberes a partir de sua prática. Esta nova maneira de ver o profissional e a construção do seu saber, influencia na maneira de pensarmos sobre sua formação. Não se quer mais um trabalhador-máquina, se quer um trabalhador atuante, que possa contribuir por meio de seu conhecimento prático.

Com as transformações que vêm ocorrendo na sociedade a formação profissional também vem sendo vista de outra maneira e, se a universidade não estiver atenta a esta nova visão, corre o risco de não estar preparada para enfrentar as conseqüências dela advindas. Lope e Artiles têm uma definição de formação que parece expressar o conceito que vem sendo construído a partir de diversos debates a respeito do termo, que confirmam a formação como não sendo um “patrimônio exclusivo” da instituição escolar. Este conceito multidimensional de formação se refere *“...a conhecimentos abstratos e técnicos, a saberes adquiridos dentro e fora do sistema educativo, a conhecimentos obtidos através da experiência no trabalho, assim como a formas de comportamento e “know-how” adquiridos em outras esferas sociais”* (1998, p.186).

Apesar de a instituição escolar não ser mais considerada como a única fonte de formação, ela tem um papel relevante a desempenhar na construção de um sujeito competente que responda às necessidades impostas pela dinâmica social. Segundo o Relatório para a UNESCO: *“Sem dúvida, nada pode substituir o sistema formal de educação, que nos inicia nos vários domínios das disciplinas cognitivas”* (Delors, et al., 1996, p.18). O que se apresenta evidentemente como novo nesta atual visão de formação para a competência, é a valorização do informal combinada com diferentes formas de flexibilidade (Stroobants, 1998). E é neste sentido que o real impõe à instituição educacional um posicionamento, também mais flexível, que incorpore os saberes informais, a relação teoria-prática na formação por ela oferecida. A universidade e as escolas não terão como atender à atual demanda social se não abrirem seus espaços de formação para desenvolverem os mais diversos saberes.

Hoje não basta aprender a conhecer, é necessário aprender a fazer, a se relacionar com os outros para reaprender a ser. O momento atual, caracterizado pelo avanço tecnológico, impõe o desenvolvimento da pessoa em suas variadas dimensões e não só a reduzir a uma mão-de-obra qualificada. O indivíduo precisa conhecer o processo como um todo, pensando de forma global e específica, sabendo encontrar os problemas e as respectivas estratégias de ação para enfrentá-los. Essa demanda requer o desenvolvimento do indivíduo em todas as dimensões, envolvendo capacidades e habilidades emocionais, técnicas, sociais, políticas, entre outras.

A universidade e a escola, enquanto instituições formadoras, não têm como única função a de habilitar o indivíduo para o trabalho, sua função é mais ampla, à medida que

prepara ao mesmo tempo a trabalhadores e a cidadãos. Não há uma conexão direta entre educação e emprego, porque o papel social da educação transcende o das relações com o sistema produtivo. (Lope e Artilles, 1998). No entanto, o que se tem constatado, no decorrer da história, é que ainda é privilegiada a necessidade de atender aos interesses econômicos e políticos de poucos, que têm constantemente se utilizado da instituição escolar, influenciando decisivamente no tipo de formação que tem sido oferecido, pois o sistema educativo tem servido para assegurar seus privilégios e sua posição. Com isto, as instituições educacionais ao invés de priorizarem a formação do indivíduo como um todo (o saber-ser), oferecem uma formação baseada na disciplinaridade, na fragmentação, na dissociação entre teoria e prática, formando, assim, indivíduos que atendam às necessidades econômicas e políticas dos detentores do poder contextual. *“Ao invés de transmitir os valores julgados essenciais ao funcionamento de uma sociedade democrática (racionalidade, justiça, igualdade, tolerância, etc.), o sistema de ensino enfatiza os valores privilegiados pelas classes médias (disciplina, boas maneiras, conformismo, bons hábitos de trabalho)”* (Trottier, 1998, p.137).

Na educação, a valorização do conhecimento prático do professor vem adquirindo uma importância cada vez maior. O conhecimento prático não se contrapõe ao acadêmico, mas ambos se complementam e se enriquecem; sendo a docência uma forma de investigação e experimentação geradora de conhecimento. *“O conceito de professor como prático reflexivo reconhece a riqueza da experiência que reside na prática dos bons professores. Na perspectiva de cada professor, significa que o processo de compreensão e melhoria do seu ensino deve começar pela reflexão sobre a sua própria experiência...”* (Zeichner, 1993, p.17).

A universidade tem um papel fundamental de auxiliar na compreensão das mudanças, formando profissionais competentes para atuarem como investigadores e como atores na realidade social, buscando respostas às demandas econômicas, políticas, sociais, culturais e éticas de maneira comprometida com o projeto de uma sociedade solidária. *“O compromisso social da universidade poderá ser cumprido, quando a mesma instituição se predispõe a democratizar o ensino superior, dentro de uma nova concepção de sociedade aberta onde haja uma democracia política social e econômica, que permita ao povo compartilhar o poder conscientemente”* (Martins, 1994, p.3).

3. Educação à distância na busca de competência

Inserida nesta problemática, a estratégia de EAD vem se mostrando como uma alternativa para a *“Era Planetária”* em que não é possível se conceber a universidade fechada, inflexível, dividida por disciplinas desarticuladas, presa a exigências de tempo e espaço. Um dos meios possíveis para a universidade adaptar-se às novas necessidades e, ainda, tornar-se uma proposta viável àqueles que, por uma razão ou outra, não têm condições de frequentar o sistema de ensino formal, é a estratégia de EAD. *“A universidade precisa inovar-se radicalmente, mesmo porque simples reformas já estão fora de questão. Caso contrário, não será apenas o conhecimento inovador que abandonará a universidade, mas com o tempo, os alunos também”* (Demo, 1998, p.138).

Os empresários, os próprios governos em parceria com empresas, ou organizações criadas a partir da necessidade de grupos sociais, têm oferecido programas de formação para atender às novas demandas do mundo do trabalho. Uma das questões preocupantes é: como a universidade, como instituição formal vem se mobilizando para atender às demandas desta sociedade em acelerada transformação?

A EAD vem dispondo como uma maneira de responder a esta demanda, não por ser considerada uma prática nova, mas por dispor hoje de uma diversificação maior dos meios que podem ser utilizados nessa prática. O meio mais antigo é a correspondência, depois o rádio e a televisão começaram a servir de instrumento para o ensino à distância, e mais recentemente o uso do computador está sendo introduzido.

A EAD tem sido valorizada como oportunidade de: democratização do conhecimento; superação dos descompassos das reais necessidades da sociedade brasileira; inserção no contexto da globalização; capacitação, especialização e formação de docentes; atingimento

de maior público do que é atingido pela educação presencial; redução das carências educacionais (Souza Pinto, 1997). Entretanto, na prática, é difícil encontrarmos experiências que tenham oportunizado estas mudanças na educação. A realidade brasileira tem demonstrado que a EAD não parece ser mais do que uma modalidade de ensino que tem sido utilizada para atingir objetivos econômicos e políticos, mais do que sociais. Prova disso, é que na cultura brasileira a EAD tem, até bem pouco tempo, sido considerada como desprovida de qualificação, além de sofrer preconceito e resistência por parte da sociedade ou como panacéia dos males educacionais, ou pelos cépticos que, fechando seus olhos para suas concretas possibilidades, “transformam-na numa oferta de segunda classe para dar impressão de atendimento aos excluídos de sempre” (Lobo Neto, 1998, p.5).

Parece estar havendo, nestes últimos anos, uma preocupação no Brasil, de modificar a maneira como a EAD tem sido desenvolvida e assim colaborar para que possa constituir proposta que busca o desenvolvimento da competência. Algumas ações governamentais, sob pressão da demanda social, têm se mobilizado neste sentido, como: a Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 80, no Título VIII: Das Disposições Gerais que contém as determinações sobre o Ensino/Educação à Distância, que são: o Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, que serão desenvolvidos em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada; (...) a possibilidade de cooperação e integração entre os diferentes sistemas permitirá que a educação à distância tenha tratamento diferenciado, que incluirá: custos reduzidos na transmissão por rádio e televisão; concessão de canais exclusivamente educativos; tempo mínimo gratuito para o Poder Público, em canais comerciais (Lobo Neto, 1998).

Esses pontos que fazem parte da Lei, dão uma idéia de como alguns segmentos da sociedade brasileira vêm tratando a questão da EAD, no entanto, muitas críticas são levantadas em relação a essa Lei, como o fato de ter deixado lacunas a serem regulamentadas, entre outros problemas (Garcia, 1997; Dorneles e Farenzena, 1997). Mas não deixa de ser importante valorizar a atenção que tem sido dada à EAD, que tende a refletir na própria organização da sociedade. Na complexa realidade que vivemos, os interesses que envolvem a atenção dispensada à EAD são muitos, desde os financeiros, até os autenticamente educativos. Cabe aos profissionais comprometidos com a educação que busca desenvolver a competência aproveitarem este momento e se lançarem na luta por uma EAD que cumpra com este objetivo. A EAD só tem sentido quando se apresenta como realização concreta de democratização da educação e do saber.

Na prática, no entanto, o que se costuma observar são experiências que seguem atendendo a interesses de uma minoria sempre privilegiada, diferenciando-se dos discursos que proclamam ser a EAD um avanço para a democracia.

Neste sentido, torna-se fundamental um acompanhamento avaliativo dos programas de EAD, o que não costuma ocorrer, tornando-se um sério indicador do descaso com que a questão da competência tem sido tratada nesses programas. Seria difícil, no entanto, imaginarmos que pudesse ser diferente, já que a EAD é uma estratégia de ensino e de aprendizagem diferenciada, mas a orientação paradigmática da formação educativa é a mesma que a do ensino presencial. Portanto, se a educação presencial se desenvolve dentro de um paradigma simplificador, reducionista, unilateral e fragmentado, no qual a maior preocupação é a de qualificação técnica (saber-fazer), é difícil esperarmos que na EAD a orientação paradigmática seja diferente, havendo uma preocupação maior com a competência (saber-ser). *“A educação à distância sempre deverá ser considerada no contexto da educação e, portanto, como a educação necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza como prática social de natureza cultural. A educação à distância de modo algum pode ser concebida como um distanciamento da educação”* (Lobo Neto, 1998, p.5).

4. Proposições e Considerações finais

Hoje ainda reina o pensamento mutilado, redutor e fragmentado, que tem dificultado o entendimento dos nossos problemas que são planetários e multidimensionais. *“A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o*

complexo do mundo em fragmentos soltos, fraciona os problemas, separa o que está ligado, unidimensionaliza o multidimensional. Trata-se de uma inteligência ao mesmo tempo míope, presbita, daltônica, caolha; na maioria das vezes acaba ficando cega” (Morin, 1995, p.165).

Não é mais possível nos determos em conhecimentos específicos, embora estes sejam importantes, mas precisam estar abertos à complementaridade com os campos de conhecimento, rompendo-se com esta tradição que tem privilegiado a disjunção disciplinar.

Propõe-se, então, a abertura a uma prática interdisciplinar, sendo esta condição fundamental para que os saberes possam se desenvolver de maneira integrada. Para que essa prática se efetive, os professores precisam estar abertos ao diálogo, à compreensão e aceitação do outro, respeitando as diferenças e utilizando-as como propulsoras do desenvolvimento do saber como uno/diverso.

No discurso dos professores, normalmente emerge a necessidade da interdisciplinaridade, no entanto, na prática pouco se efetiva esta idéia. Esta dicotomia entre discurso e prática parece estar relacionada à incapacidade do sujeito de parar para refletir sobre si mesmo, para fazer um auto-exame. Enquanto o exercício da auto-observação não fizer parte do nosso dia-a-dia, será difícil encontrarmos uma maneira de buscarmos desenvolver na prática o que defendemos no discurso.

Muito do que vem sendo feito na educação não tem sido objeto de reflexão, questionamento e contextualização. O paradigma simplificante que encontramos em práticas educativas desta natureza, inclui enganos e cegueiras que têm auxiliado na emergência das carências de algumas aptidões fundamentais que, combinadas constituem a inteligência humana. O desenvolvimento do pensamento com base em abordagens não redutoras, é o desafio que se impõe à universidade como instituição formadora: é preciso acompanhar as mudanças, tendo como função primordial formar os indivíduos para questionarem estas mudanças.

A educação que interessa, educativamente falando, é aquela que provoca o sujeito a responder criticamente; que oportuniza a emergência do sujeito, exigindo-o na cena como ator central; que motiva, provoca, instiga processos autênticos de aprendizagem, incluindo a participação do professor; aquela de teor interdisciplinar que promove o olhar diversificado sobre uma realidade complexa (Demo, 1998). Por este motivo, a EAD não pode ser confundida com meios eletrônicos, estes devem permanecer como insumo ou expediente de apoio. As figuras essenciais do processo educativo continuam sendo o aluno e o professor.

O aluno, enquanto sujeito ativo, precisa estar mobilizado para que a informação ou o objeto de conhecimento proposto pelo professor torne-se objeto de conhecimento para ele. Esta é uma questão muito importante na EAD, especialmente porque a separação física entre professor e aluno pode agravar essa dificuldade, que já é sentida na educação presencial, de sensibilizar e mobilizar no aluno o interesse em conhecer.

Neste sentido, propõe-se que na busca de uma educação significativa, o professor procure conhecer a realidade do grupo com o qual vai trabalhar, utilizando-se para isso de momentos de discussão, presenciais ou à distância. É necessário que o professor conheça as principais características e necessidades da sociedade, da comunidade e da escola na qual vivem os alunos, na medida em que o aluno constrói conhecimento na relação com os outros e com o mundo. Além desse conhecimento da realidade, se faz necessário que o professor conheça o que o aluno pensa, sabe e sente a respeito do objeto de conhecimento, para poder auxiliá-lo na construção do conhecimento.

Hoje a EAD vem recebendo especial atenção como uma estratégia educativa que pode ser propulsora de mudanças profundas na educação, no entanto, o que se percebe é uma valorização exacerbada da contribuição da informática para efetivar essas mudanças, e não uma valorização da aprendizagem significativa que essa estratégia educativa possa desenvolver. Com isso corre-se o risco da EAD continuar ligada à idéia de cumprir uma função mais domesticadora do que emancipatória.

Nesta direção torna-se essencial que o professor, através da reflexão constante, tome consciência de que por mais contribuições que a informática possa trazer à EAD, somente isto não garante a qualidade desta educação, podendo inclusive tornar-se uma ameaça, se o olhar do professor se voltar somente para este recurso. Importa sim, um posicionamento crítico diante dos recursos da informática sabendo, de maneira inteligente,

explorá-los em toda a sua extensão e intensidade, desde que se trate de utilizá-los em estratégias educativas, que tenham como proposta o desenvolvimento integrado das disciplinas, dando atenção à formação do aluno como um ser multidimensional que, como tal, deve se desenvolver para chegar à competência (saber-ser).

Tendo em vista essa proposta educativa e utilizando os recursos da informática, para informar, mas sobretudo para formar, a EAD pode se tornar uma alternativa na busca de transformação, de desvio inovador, criando condições de contestar o *imprinting* cultural que impõe um pensamento simplificador de crença cega no progresso.

A EAD pode representar uma alternativa na busca do desenvolvimento de um pensamento complexo que lida com a incerteza e entende que os universos existenciais não estão submetidos à ordem, mas são um espaço de relação dialógica (ao mesmo tempo antagônica, concorrente, complementar) entre a ordem, a desordem e a organização. Esses processos organizadores estão constantemente em ação nos universos do fazer, do poder e do saber mediante inúmeras inter-retroações que implicam nas partes, assim como as partes implicam no todo.

Este pensamento complexo permitirá que o sujeito utilize as várias características singulares da EAD como: maior flexibilidade, rompimento das barreiras de espaço e tempo, respeito ao ritmo de aprendizagem do aluno, a partir de uma postura reflexiva, estratégica e inteligente na busca de formar para a competência (saber-ser). Esta será uma opção política e ética compromissada com o uso do poder numa perspectiva coletiva/individual na procura da formação de uma sociedade solidária.

5. Referências Bibliográficas

- DELORS, Jacques et al. *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Porto: Edições ASA, 1996.
- DEMO, Pedro. *Questões para a Teleeducação*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- DORNELES, Malvina do A. e FARENZENA, Nalu. "A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Uma Apresentação". *Autonomia Universitária*, anoVII, n.4, jun. 1997.
- GARCIA, Walter E. "Legislação, Políticas Públicas e Gestão para o Ensino à Distância". *Tecnologia Educacional*, v.25(139), p.16-18, nov./dez., 1997.
- LOBO NETO, Francisco J. da S. *Educação à Distância: Regulamentação, Condições de Êxito e Perspectivas*. Junho de 1998. Disponível na Internet. (<http://www.intelecto.net/ead/lobo1.htm>).
- LOPE, Andreu y ARTILES, A. Martin. "Las Relaciones entre Formacion y Empleo: Que Formacion, para que Empleo?" In: DESAULNIERS, Julieta B. R. (org.). *Formação & Trabalho & Competência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.179-219.
- MARTINS, Francisco E. M. "Morin, Baudrillard e a Metáfora do Holograma". *Revista Famecos*, Porto Alegre, n.5, p.21-26, dez. 1996.
- MORIN, Edgar. *O Método II: A Vida da Vida*. Lisboa: Publicações Europa-América LDA, 1980.
- _____. *O Método IV. As Idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização*. Lisboa: Publicações Europa-América LDA, 1991.
- _____. e KERN, Anne B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- _____. *O Método III: O Conhecimento do Conhecimento/1*. Lisboa: Publicações Europa-América LDA, 1996.
- SOUZA PINTO, Nelly. "Ensino à Distância no Brasil: Sua Trajetória e a Política Atual". *Tecnologia Educacional*, v.25(139), p.63-66, nov./dez. 1997.
- STROOBANTS, Marcelle. "Trabalho e Competência: Recapitulação Crítica das Abordagens sobre Saberes no Trabalho". In: DESAULNIERS, Julieta B. R. (org.). *Formação & Trabalho & Competência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.17-46.
- TROTTIER, Claude. "Emergência e Constituição do Campo de Pesquisa sobre a Inserção Profissional". In: DESAULNIERS, Julieta B. R. (org.). *Formação & Trabalho & Competência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.13-177.
- ZEICHNER, Kenneth M. *A formação reflexiva de professores: idéias e práticas*. Lisboa: EDUCA, 1993.